Edição nº 53 - 29 de junho 2020

### O que está sendo feito?

1. Ministério da Saúde informa sobre distribuição emergencial de medicamentos do kit intubação



Quinze estados começam a receber esta semana o primeiro lote emergencial de medicamentos do kit intubação distribuídos diretamente pelo Ministério da Saúde. Os remédios estão sendo remetidos para São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Amazonas, Ceará, Paraíba, Rondônia, Roraima, Espírito Santo

e Piauí. A informação foi compartilhada com a coordenadora nacional finalística do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia de Covid-19 (Giac), Célia Regina Souza Delgado, nessa sexta (26) pelo Ministério. Os medicamentos serão entregues nos almoxarifados estaduais. O primeiro lote emergencial estava no aeroporto de Guarulhos para distribuição aos estados definidos como prioritários na sexta-feira.

Os Conselhos Nacionais de Secretários de Saúde (Conass) e de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) farão levantamento semanal da demanda dos remédios do kit intubação, para encaminhar os dados ao Ministério, que irá definir as prioridades para as próximas etapas de distribuições e aquisições. O Giac, que mediou acordo sobre a questão, continuará acompanhando os desdobramentos do tema.

2. MPF lança ferramenta para apurar irregularidades no pagamento do auxílio emergencial da covid-19

A Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise do MPF lançou, nesta segundafeira (29), o Raio-X do Auxílio Emergencial. A ferramenta de inteligência vai

auxiliar na identificação de irregularidades no pagamento do auxílio emergencial feito pelo governo federal, em razão da pandemia da covid-19. O sistema possibilita o cruzamento da base de informações dos beneficiários do auxílio com outras bases de dados detidas pela Sppea, como cadastros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da Receita Federal, entre outros. A ferramenta também possibilita a visualização dos beneficiários por estado e município, faixa etária, situação do CPF e bens declarados. A partir do cruzamento com outros bancos de dados, será possível saber se a pessoa que recebeu o auxílio é doadora ou fornecedora eleitoral, filiada a partido político, ficha suja, participa de programas de transferência de renda ou reside no exterior. Os membros interessados devem solicitar acesso aos coordenadores das Assessorias de Pesquisa e Análise de cada unidade.

# 3. MPT em Goiás garante R\$ 300 mil para pesquisa que desenvolve teste de identificação da covid-19

O Ministério Público do Trabalho em Goiás (MPT-GO) e a Justiça do Trabalho destinaram R\$ 300 mil à Universidade Federal de Goiás (UFG), para finalizar um estudo sobre testes de identificação do novo coronavírus e, em seguida, viabilizar sua produção em larga escala. De acordo com os pesquisadores à frente do projeto, o novo teste se baseia no diagnóstico molecular, que é mais rápido, específico, sensível e barato, além de ser capaz de detectar a presença do coronavírus já no primeiro dia de sintoma. Um dos testes mais utilizados atualmente, o RT-PCR necessita de mão de obra específica e insumos laboratoriais importados, que estão em falta ou têm custo bastante elevado.

O MPT em Goiás (MPT-GO) também encaminhou <u>400 máscaras de proteção</u> facial ao Abrigo Silvestre Linares, situado no município de Aparecida de Goiânia. Já foram 38 casos confirmados de contaminação pelo novo coronavírus no abrigo, sendo oito deles entre empregados do local. Seis idosos faleceram e outros nove estão internados.

## 4. Ação conjunta pede regularização do abastecimento de insumos no Lacen de Sergipe

O Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público do estado de Sergipe (MP/SE) recorreram à Justiça para

pedir que a União regularize o abastecimento de insumos e equipamentos necessários para a realização de exames para detectar a covid-19 no Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen/SE). Na ação civil pública, os MPs pedem, liminarmente, que o Ministério da Saúde regularize, no prazo de cinco dias, o estoque de kits de extração de ácidos nucleicos compatível com sistema de extração utilizado para realizar diagnóstico molecular através de técnica de RT-PCR em amostras suspeitas da covid-19. A quantidade deve ser suficiente para atender a demanda de pelo menos três meses, estimando-se a produção diária mínima de 500 amostras/dia. Leia mais.

### 5. Acordo entre MPT e Vale fixa medidas de proteção contra covid-19 para minas de Itabira

Um acordo firmado entre o MPT e a Vale, e homologado pela Justiça do Trabalho, estabelece procedimentos de proteção contra o contágio pela covid-19 para trabalhadores lotados nas três minas do Complexo Minerário da Vale S.A em Itabira (MG). O documento fixa regras para a testagem, rotinas de monitoramento e providências pontuais que a empresa deverá cumprir e reportar periodicamente ao MPT. Estão previstas medidas como divulgação e orientação sobre o distanciamento e uso de equipamentos de proteção. Além disso, a Vale deverá testar, a cada ciclo de 21 dias, todos os funcionários que estejam em trabalho presencial no Complexo Minerário de Itabira. Leia mais.

# 6. MPF move ação para garantir transparência aos gastos relativos à pandemia em Pernambuco

O MPF ajuizou ação civil pública contra o estado de Pernambuco, União e três organizações sociais da área de saúde para garantir transparência às despesas realizadas no enfrentamento da pandemia com recursos oriundos do Sistema Único de Saúde (SUS). Em abril, o MPF e o Ministério Público de Contas de Pernambuco expediram recomendações ao governo de Pernambuco e à Secretaria estadual de Saúde, bem como às organizações de saúde que atuam no estado, para dar publicidade às contratações. No entanto, depois das recomendações, as falhas na transparência ativa dos gastos persistiram. O MPF constatou que, dos 1.282 empenhos realizados entre março e abril de 2020 para o enfrentamento da pandemia, no total de

R\$ 285,7 milhões, apenas 202 foram divulgados no portal da transparência, somando R\$ 123 milhões – ou seja, somente 43% do montante total destinado ao combate à covid-19. Leia mais.

## 7. MPT apoia aplicativo que aproxima micro e pequenos empreendedores dos consumidores

Em tempos de pandemia e isolamento social, pesquisadores e alunos do Instituto Federal do Ceará (IFCE) desenvolveram uma ferramenta para que micro e pequenos negócios permaneçam movimentando a economia em meio à crise. Trata-se de plataforma digital gratuita que conecta fornecedores de serviços essenciais a consumidores, por meio do serviço delivery ou retirada de produtos. O MPT em Uberlândia (MG) é um dos apoiadores da iniciativa.

Para apoiar a divulgação do aplicativo, pessoas físicas podem utilizar a #FiqueNoLar em suas publicações nas redes sociais. Governos Estaduais e Prefeituras, assim como entidades de interesse público, podem adotar gratuitamente o www.fiquenolar.com como plataforma oficial de divulgação e consulta de empreendimentos/negócios. Neste caso, é importante o contato via email (contato@lar.ifce.edu.br) para que seja habilitado um perfil para acompanhamento, enviadas orientações e sugestões de material para divulgação. Disponível por meio da página web e/ou via aplicativo móvel na Play Store, o projeto conta, até o momento, com três mil empreendimentos cadastrados, em 20 estados e 350 cidades, com mais de 19 mil acessos. Leia mais.